



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas

C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 1º SEMESTRE 2017

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" ou "Banco" submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2017. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, que posiciona-se como o segundo maior banco comercial da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Desempenho operacional

Os ativos totais alcançaram R\$ 24.062,7 milhões em 30 de junho de 2017, o que representa um aumento de 84,9% quando comparado com 30 de junho de 2016. Ao término do primeiro semestre de 2017, as operações de crédito

somaram R\$ 7.178,5 milhões, crescimento de 16,3% ante junho de 2016. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças totalizou R\$ 8.787,9 milhões.

Em 30 de junho de 2017, o Patrimônio Líquido do Banco era de R\$ 741,1 milhões, decréscimo de 34,3% em relação a 30 de junho 2016. O índice de Basileia atingiu 14,33%, acima do nível mínimo regulatório (10,5%). O capital de Nível 1 representou 3,04% enquanto o Nível 2 representou 11,29%.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.252,3 milhões, o que representa 15,5% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 30 de outubro de 2017).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO		Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		Junho/2017	Junho/2016	Junho/2017	Junho/2016		Junho/2017	Junho/2016	Junho/2017	Junho/2016
ATIVO										
Circulante		14.014.128	7.327.884	13.657.252	7.078.895		20.736.949	9.143.344	20.252.777	8.755.570
Disponibilidades	4a.	423.822	58.233	424.061	58.637	16.	2.616.543	1.595.211	2.420.306	1.589.817
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.814.566	693.489	795.851	11.198		81.618	101.908	80.702	99.871
Aplicações no mercado aberto	4b.	783.994	-	783.994	-		9.122	12.601	9.122	12.601
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	1.023.294	688.033	4.579	5.742		408.232	76.330	218.826	76.330
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	7.278	5.456	7.278	5.456		2.117.571	1.402.857	2.111.656	1.399.500
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.128.811	3.941.746	4.128.811	3.941.746		-	1.515	-	1.515
Carteira própria	5b.	1.155.006	1.882.088	1.155.006	1.882.088	17a.	4.369.322	1.322.447	4.201.702	1.133.777
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.484.891	1.308.286	2.484.891	1.308.286		235.904	370.249	236.202	370.250
Vinculados a prestação de garantias	5b.	395.049	687.586	395.049	687.586	17b.	235.904	347.882	235.904	347.882
Instrumentos financeiros derivativos	6.	93.865	63.786	93.865	63.786		94.717	88.671	94.717	88.671
Relações Interfinanceiras		13.402	28.910	13.402	28.910		113.222	192.041	113.222	192.041
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.660	8.398	3.660	8.398		27.965	67.170	27.965	67.170
Depósitos no Banco Central		9.742	20.512	9.742	20.512		-	-	298	1
Operações de crédito		2.073.681	1.940.826	2.674.359	2.279.293		-	-	-	-
Operações de crédito	7.	2.225.120	1.933.737	3.024.183	2.542.509	18.	-	22.367	-	22.367
Setor público		12.084	26.951	12.084	26.951		553	1.219	553	1.219
Setor privado		2.213.036	1.906.786	3.012.099	2.515.558		553	1.219	553	1.219
Operações de crédito vinculadas a cessão		172.324	244.617	-	-		34.236	16.796	34.236	16.796
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8.	(323.763)	(237.528)	(349.824)	(263.216)		34.236	16.796	34.236	16.796
Operações de arrendamento mercantil	7h.	-	-	21.413	46.355	19.	7.226.345	4.775.225	7.226.345	4.775.225
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	28.725	50.020		7.226.345	4.775.225	7.226.345	4.775.225
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		-	-	(7.312)	(3.665)	20.	44.843	32.539	44.843	32.539
Outros créditos		5.520.013	637.378	5.555.702	674.184		43.011	23.726	43.011	23.726
Avais e fianças honrados		25.424	26.954	25.424	26.954		1.832	8.813	1.832	8.813
Carteira de câmbio	9.	5.419.532	550.419	5.419.532	550.419	19.	85.770	149.309	85.770	149.309
Rendas a receber		26.939	16.021	26.938	16.020	6.	57.683	291.204	57.683	291.204
Negociação e intermediação de valores		843	4.659	843	4.659		57.683	291.204	57.683	291.204
Diversos	10.	88.254	144.099	124.474	181.019		6.065.750	5.945.137	6.065.750	5.945.137
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(40.979)	(104.774)	(41.509)	(104.887)		1.466	1.510	2.246	2.597
Outros valores e bens		39.833	27.302	43.653	38.572	9.	5.039.922	16.615	5.039.922	16.615
Despesas antecipadas		39.833	27.302	43.653	38.572		204	816	204	816
Realizável a Longo Prazo		10.305.374	6.032.222	10.289.316	5.773.274		3.338.779	3.604.385	3.039.356	3.094.816
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.133.149	996.536	986	48.384	21.	130.870	52.619	170.921	69.247
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	1.133.149	996.536	986	48.384		5.801	18.458	5.801	18.458
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.282.857	469.118	4.292.210	477.402	24a.	563.135	15.487	563.135	15.487
Carteira própria	5b.	2.116.807	145.895	2.116.807	145.895	23.	324.352	483.640	162.908	272.214
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.895.160	17.387	1.895.160	17.387		3.338.779	3.604.385	3.039.356	3.094.816
Vinculados a prestação de garantias	5b.	1.132	-	10.485	8.284	16.	347.879	618.391	340.335	578.125
Instrumentos financeiros derivativos	6.	269.758	305.836	269.758	305.836		66.884	208.274	66.884	188.662
Operações de crédito		2.377.960	2.035.200	3.353.428	2.568.298		280.995	410.117	273.451	389.463
Operações de crédito	7.	2.336.570	1.787.647	3.613.312	2.767.761	17b.	137.643	180.101	137.643	180.360
Setor público		3.341	15.077	3.341	15.077		82.577	125.035	82.577	125.035
Setor privado		2.333.229	1.772.570	3.609.971	2.752.684		2.635	66.829	2.635	66.829
Operações de crédito vinculadas a cessão		284.581	437.704	-	-		18.172	33.576	18.172	33.576
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8.	(243.191)	(190.151)	(259.884)	(199.463)		61.770	24.630	61.770	24.630
Operações de arrendamento mercantil	7h.	-	-	6.638	23.825		-	-	-	259
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	10.990	26.499		55.066	55.066	55.066	55.066
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		-	-	(4.352)	(2.674)	19.	290.118	-	290.118	-
Outros créditos		2.210.583	2.254.213	2.308.584	2.353.801		290.118	-	290.118	-
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	27a.	1.216.579	1.694.785	1.305.165	1.776.740	6.	1.265	-	1.265	-
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	27a.	372.823	-	372.823	-		1.265	-	1.265	-
Diversos	10.	628.455	560.610	637.890	578.489		2.561.874	2.805.893	2.269.995	2.336.331
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(7.274)	(1.182)	(7.294)	(1.428)		2.561.874	2.805.893	2.269.995	2.336.331
Outros valores e bens		300.825	277.155	327.470	301.564	21.	-	-	2.116	3.747
Outros valores e bens	11.	363.697	331.921	379.252	347.085		838.642	1.304.318	838.642	1.304.318
Despesas antecipadas		26.092	17.772	44.539	32.610	24b.	577.729	326.761	577.729	326.761
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(88.964)	(72.538)	(96.321)	(78.131)	23.	1.145.503	1.174.814	851.508	701.505
Permanente		494.609	545.524	116.100	156.118	25.	29.481	29.852	29.481	29.852
Investimentos		413.795	435.497	1.257	4.103	26.	708.902	1.128.049	741.054	1.128.049
Participações em controladas - no país	14.	413.152	434.787	611	3.391		1.699.886	1.554.860	1.699.886	1.554.860
Outros investimentos		1.091	1.158	1.136	1.202		1.699.886	1.554.860	1.699.886	1.554.860
Provisão para perdas em investimentos		(448)	(448)	(490)	(490)		24.956	-	24.956	-
Imobilizado de uso	12b.	76.223	106.866	79.543	107.510		2.473	(1.652)	2.473	(1.652)
Imóveis de uso		159.007	168.687	159.007	168.687		(963.308)	(370.054)	(931.156)	(370.054)
Outras imobilizações de uso		31.355	32.631	35.575	35.338		(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Depreciações acumuladas		(114.139)	(94.452)	(115.039)	(96.515)		-	-	-	-
Intangível	12c.	4.591	3.161	35.300	44.505		-	-	-	-
Ativos intangíveis		15.038	10.686	122.383	118.032		-	-	-	-
Amortização acumulada		(10.447)	(7.525)	(87.083)	(73.527)		-	-	-	-
Total do Ativo		24.814.111	13.905.630	24.062.668	13.008.287		24.814.111	13.905.630	24.062.668	13.008.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota	Capital Realizado	Aumento de capital	(-) Capital a realizar	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.012.810	-	-	(55.105)	-	-	(5.010)	(1.217.950)	734.745
Ajuste de exercícios anteriores	2c2.	-	-	-	-	-	-	-	(13.131)	(13.131)
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2016		2.012.810	-	-	(55.105)	-	-	(5.010)	(1.231.081)	721.614
Redução de capital	26a.	(1.217.950)	-	-	-	-	-	-	1.217.950	-
Aumento de capital em espécie	26a.	760.000	-	-	-	-	-	-	-	760.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	3.358	-	3.358
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	(356.923)	(356.923)
Saldos em 30 de junho de 2016		1.554.860	-	-	(55.105)	-	-	(1.652)	(370.054)	1.128.049
Mutações do semestre		(457.950)	-	-	-	-	-	3.358	861.027	406.435

—☆— continuação

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO				
Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social				
	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO
		Junho/2017	Junho/2016	Junho/2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
		Nota 2.c.3	Nota 2.c.3	Nota 2.c.3
Receitas da Intermediação Financeira		994.938	612.522	1.099.498
Operações de crédito	28a.	338.307	381.409	594.417
Operações de arrendamento mercantil		—	—	4.576
Resultado de títulos e valores mobiliários	28b.	619.052	352.933	465.068
Resultado de câmbio	28d.	37.325	(121.959)	37.325
Resultado de aplicações compulsórias		89	139	89
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		165	—	165
Despesas da Intermediação Financeira		(1.163.926)	(902.921)	(1.125.523)
Captação no mercado	28e.	(539.537)	(221.262)	(522.813)
Empréstimos, cessões e repasses	28f.	(143.242)	768.417	(143.242)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	28c.	(158.206)	(1.115.659)	(158.206)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	28g.	(57.536)	(56.151)	(788)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(265.405)	(278.266)	(300.474)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(168.988)	(290.399)	(26.025)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(219.850)	(136.703)	(295.517)
Receitas de prestação de serviços		25.863	21.248	34.563
Rendas de tarifas bancárias		2.029	3.080	2.037
Despesas de pessoal	28j.	(107.208)	(103.015)	(117.922)
Despesas tributárias	28l.	(10.367)	(7.953)	(18.082)
Resultado de participações em controladas	14.	4.597	4	(1.239)
Outras despesas administrativas	28k.	(61.960)	(66.670)	(81.785)
Outras receitas operacionais	28h.	44.664	57.848	52.846
Outras despesas operacionais	28i.	(117.468)	(41.245)	(165.935)
Resultado Operacional		(388.838)	(427.102)	(321.542)
Resultado não operacional	28m.	(3.399)	619	(2.810)
Resultado Antes da Tributação		(392.237)	(426.483)	(324.352)
Imposto de renda	27c.	(34.135)	(5.921)	(55.811)
Contribuição social	27c.	(31.671)	(6.437)	(46.369)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	27c.	(138.505)	81.918	(137.864)
Prejuízo do Período		(596.548)	(356.923)	(564.396)
Número de Ações Integralizadas (mil)	26a.	354.323	337.014	—
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$		(1,68)	(1,06)	(1,06)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo" ou "Banco") e empresas controladas ("Consolidado") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio. Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, implementou um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro, as quais podem assim serem resumidas:

- Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito, das quais, foram captados junto ao controlador no exterior o montante da ordem de US\$ 2 bilhões, com possibilidade de acesso a um crédito adicional de US\$ 1 bilhão;
- Captações externas efetivadas através da emissão de títulos no exterior, sendo:
 - Bônus Perpétuo no montante de US\$ 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I, e
 - Divida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II;
- Aumentos do capital social em 2016:
 - R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016, e
 - R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016;
- Aumento nas receitas de prestação de serviços, consistente com o novo perfil de negócios internacionais do Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;
- Aprimoramento nos processos voltados a recuperações de créditos, e possível realização de outras operações de securitização até o final de 2017;
- Vinculação de operações de créditos a empréstimos segundo a Resolução CMN nº 2.921/02;
- Redução dos custos administrativos e operacionais pela adequação da estrutura aos níveis operacionais praticados;
- Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico; e
- Aumento de capital no montante de R\$ 1,2 bilhão, em processo de formalização, conforme nota 34 - Evento Subsequente.

As medidas listadas atenderão o objetivo de recomposição gradual do resultado da intermediação financeira e consequente retomada de resultados operacionais positivos e resultados tributáveis, bem como a apuração de maiores margens e cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização, o qual repousará sobre a premissa básica do reenquadramento e manutenção de adequada capitalização da Companhia por parte do controlador.

2. Apresentação das demonstrações financeiras**a) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15; e
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras foram concluídas pela administração e aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião de 30 de outubro de 2017.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e as empresas controladas (conforme quadro abaixo), e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos.	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

b.1) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil (MÚLTIPLO) x CCB Brasil (CONSOLIDADO)

	Junho/17	Junho/16
Resultado do período (múltiplo)	(596.548)	(356.923)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	—	276
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	32.152	—
Resultado do período (consolidado)	(564.396)	(356.647)
	Junho/17	Junho/16
Patrimônio líquido do período (múltiplo)	708.902	1.128.049
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	—	276
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - período anterior	—	(276)
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	32.152	—
Patrimônio líquido do período (consolidado)	741.054	1.128.049

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA				
SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO - MÉTODO INDIRETO				
Em milhares de reais				
	Junho/2017	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO
		Junho/2016	Junho/2016	Junho/2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
		Nota 2.c.4	Nota 2.c.4	Nota 2.c.4
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo do semestre	(596.548)	(356.923)	(564.396)	(356.647)
Ajustes ao Prejuízo	519.424	227.238	593.755	255.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	265.405	278.266	300.474	299.244
Depreciações e amortizações	9.491	10.132	9.926	10.339
Provisão outras	826	173	821	304
Provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	39.053	3.603	37.159	5.651
Crédito tributário	204.312	(69.560)	240.044	(65.044)
Resultado de participações em controladas (Ganho)/perda na venda de imobilizado	(4.597)	(4)	1.239	1.033
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(53)	5	(53)	5
Amortização de ágio	(272)	(636)	(1.114)	(838)
Amortização de ágio	5.259	5.259	5.259	5.259
Prejuízo Ajustado	(77.124)	(129.685)	29.359	(100.694)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	67.846	(526.268)	7.701	(33.794)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(370.348)	874.050	(370.849)	872.035
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	23.455	(790)	23.455	(790)
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(16.351)	(397.400)	(148.830)	(615.174)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(4.891.592)	192.338	(4.854.833)	164.337
Aumento/(redução) em depósitos	459.329	(1.593.186)	457.123	(1.565.674)
(Redução) em captações no mercado aberto	(2.553.811)	(368.589)	(2.666.534)	(377.229)
Aumento em outras obrigações	4.742.600	278.139	4.925.132	4.466
Imp. de renda e contrib. social pagos	—	—	(18.214)	(19.384)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	(1.517)	745	(1.517)	745
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades Operacionais	(2.617.512)	(1.670.646)	(2.618.007)	(1.671.156)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	18.478	(10.894)	18.478	(10.895)
Alienação de bens não de uso próprio	14.850	6.870	18.137	9.722
Alienação de investimentos	100	—	100	—
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	18.717	5	19.624	5
Aquisição de bens não de uso próprio	(29.185)	(21.538)	(32.702)	(24.408)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.303)	(2.013)	(1.718)	(2.017)
Aplicação no intangível	(2.789)	(2.185)	(2.789)	(2.185)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	18.868	(29.755)	19.130	(29.778)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
(Redução) em recursos de emissão de títulos	(61.104)	(23.133)	(61.088)	(23.115)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.704)	564.064	(5.704)	564.064
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	38.963	(189.289)	38.963	(189.289)
Aumento/(redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital	17.803	(70.765)	17.803	(70.765)
Aumento de capital	3.738	760.000	3.738	760.000
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(6.304)	1.040.877	(6.288)	1.040.895
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.604.948)	(659.524)	(2.605.165)	(660.039)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.820.042	723.213	3.820.497	724.132
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.215.094	63.689	1.215.332	64.093
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.604.948)	(659.524)	(2.605.165)	(660.039)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

c) Reapresentação de cifras comparativas - Correção de erro

No primeiro semestre de 2017, a Administração identificou ajuste de exercícios anteriores, relacionados ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros, registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco, decorrente da aquisição da subsidiária CCB Brasil Financeira ocorrida no primeiro semestre de 2010.

O referido ajuste considerou a amortização do ágio de forma linear pelo período de 10 anos, a partir da data de aquisição do referido investimento.

Os valores dos ajustes efetuados pelo Banco, nos saldos individuais e consolidados foram: (i) em 30 de junho de 2016 totalizam uma amortização adicional ao saldo do ágio de R\$ 29.811 mil, sendo R\$ 16.680 mil de despesa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016 e R\$ 13.131 mil referente a exercícios anteriores, e (ii) amortização acumulada adicional relativa ao saldo de abertura de 1º de janeiro de 2017 de R\$ 60.937 mil sendo apresentada como "Ajuste de exercícios anteriores" nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2016 e o patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2017, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Segue abaixo, um resumo do referido ajuste:

c.1) Balanço Patrimonial - 30 de junho de 2016

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
ATIVO						
Circulante	7.327.884	—	7.327.884	7.078.895	—	7.078.895
Realizável a Longo Prazo	6.032.222	—	6.032.222	5.773.274	—	5.773.274
Permanente	575.335	(29.811)	545.524	185.929	(29.811)	156.118
Investimentos	465.308	(29.811)	435.497	4.103	—	4.103
Imobilizado de uso	106.866	—	106.866	107.510	—	107.510
Intangível	3.161	—	3.161	74.316	(29.811)	44.505
Total do Ativo	13.935.441	(29.811)	13.905.630	13.038.098	(29.811)	13.008.287
PASSIVO						
Circulante	9.060.855	—	9.060.855	8.673.082	—	8.673.082
Exigível a Longo Prazo	3.686.874	—	3.686.874	3.177.304	—	3.177.304
Resultados de Exercícios Futuros	29.852	—	29.852	29.852	—	29.852
Patrimônio Líquido	1.157.860	(29.811)	1.128.049	1.157.860	(29.811)	1.128.049
Capital social	1.554.860	—	1.554.860	1.554.860	—	1.554.860
De domiciliados no país	1.554.860	—	1.554.860	1.554.860	—	1.554.860
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.652)	—	(1.652)	(1.652)	—	(1.652)
Prejuízos acumulados	(340.243)	(29.811)	(370.054)	(340.243)	(29.811)	(370.054)
(-) Ações em tesouraria	(55.105)	—	(55.105)	(55.105)	—	(55.105)
Total do Passivo	13.935.441	(29.81				

—*— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado

c.4) Demonstração do Fluxo de Caixa - 30 de junho de 2016

A reapresentação dos saldos comparativos não gerou impacto nos fluxos de caixa operacional, investimento e financiamento.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.524/16 do BACEN em Reais, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

• **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

• **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

• **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7e - Composição da provisão por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vendidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data-base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Permanente

f.1) Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

f.2) Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondente aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assumia a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3) Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

f.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.534/16 do BACEN.

g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22).

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do CMN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Disponibilidades

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Caixa	539	1.558	539	1.558
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	423.283	56.675	423.522	57.079
Total	423.822	58.233	424.061	58.637

b) Aplicações no mercado aberto

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Vencimento	783.994	—
Até 30 dias	—	—
Total	783.994	—

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Vencimento	986	48.384	986	48.384
Até 30 dias	125.154	38.195	2.116	2.137
De 31 a 90 dias	158.293	142.736	2.463	3.605
De 91 a 360 dias	739.847	507.102	—	—
Acima de 360 dias	1.133.149	996.536	986	48.384
Total	2.156.443	1.684.569	5.565	54.126

d) Aplicações em moedas estrangeiras

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Vencimento	7.278	5.456
Até 30 dias	—	—
Total	7.278	5.456

5. Títulos e valores mobiliários

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	CONSOLIDADO		MÚLTIPLO	Total contábil
						Custo corrigido mercado	Valor de mercado		
Títulos para negociação (*)	—	33	—	4.017.878	4.017.911	4.020.057	4.017.911	4.017.911	4.017.911
Carteira própria	—	33	—	1.137.938	1.137.971	1.138.479	1.137.971	1.137.971	1.137.971
Letras Financeiras Tesouro	—	—	—	1.137.938	1.137.938	1.138.447	1.137.938	1.137.938	1.137.938
Notas do Tesouro Nacional - C	—	33	—	—	33	32	33	33	33
Vinculados a operações compromissadas	—	—	—	2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891	2.484.891	2.484.891
Letras Financeiras Tesouro	—	—	—	2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891	2.484.891	2.484.891
Vinculados à prestação de garantias (**)	—	—	—	395.049	395.049	395.236	395.049	395.049	395.049
Letras Financeiras Tesouro	—	—	—	395.049	395.049	395.236	395.049	395.049	395.049
Títulos disponíveis para venda	—	—	—	2.787.151	2.787.151	2.783.029	2.787.151	2.777.798	2.777.798
Carteira própria	—	—	—	881.506	881.506	880.268	881.506	881.506	881.506
Letras Financeiras Tesouro	—	—	—	826.583	826.583	825.360	826.583	826.583	826.583
Notas do Tesouro Nacional - B	—	—	—	54.923	54.923	54.908	54.923	54.923	54.923
Vinculados a compromissadas	—	—	—	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160	1.895.160	1.895.160
Letras Financeiras Tesouro	—	—	—	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160	1.895.160	1.895.160
Vinculados à prestação de garantias (**)	—	—	—	10.485	10.485	10.488	10.485	1.132	1.132
Letras Financeiras Tesouro	—	—	—	10.485	10.485	10.488	10.485	1.132	1.132
Títulos mantidos até o vencimento	—	—	—	17.034	1.235.302	1.252.336	1.252.336	1.295.417	1.252.336
Carteira própria	—	—	—	17.034	1.235.302	1.252.336	1.252.336	1.295.417	1.252.336
Cotas - FIDC	—	—	—	17.034	—	17.034	17.034	17.034	17.034
Global Bonds	—	—	—	—	1.235.302	1.235.302	1,278.383	1,235.302	1,235.302
Total Junho/17	—	33	17.034	8.040.331	8.057.398	8.055.422	8.100.480	8.048.045	8.048.045
Total Junho/16	—	2.170	350.482	—	3.696.873	4.049.526	4.053.296	4.048.852	4.041.242

(*) Os títulos para negociação com vencimento acima de um ano, estão classificados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN.

(**) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 405.534 (Junho/16 - R\$ 695.870) sendo que o montante de R\$ 380.576 (Junho/16 - R\$ 547.155) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6g.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A., as ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço. O valor de mercado dos Global Bonds foi apurado com base no mercado secundário (Bloomberg).

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da taxa na data do balanço divulgado pelo administrador.

6. Carteira de instrumentos financeiros derivativos

a) Política de utilização

Em função da Regra *Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil. Durante o primeiro semestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade, o Banco utiliza operações com derivativos, objeto de *hedge*, proteção do fluxo de caixa e mitigação da variabilidade das exposições. Assim, os derivativos negociados no período foram adquiridos para duas funções básicas:

Trading - como instrumento de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

Hedge - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compunham a carteira de negociação ou *Trading Book* foram liquidados. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* vigentes em 30 de junho de 2017, foram bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não havia posicionamento direcional que viesse a ser admitido além dos definidos pela Política.

As operações com clientes que outrora compunham a carteira *trading* são, desde que atendam os pré-requisitos regulamentares, registradas na carteira *banking* e são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Desta forma, a carteira de negociação - *trading* - é composta por títulos públicos, e eventualmente por recursos captados via operações compromissadas. A carteira *banking* é composta, majoritariamente, por operações de créditos (incluindo-se os créditos diretos ao consumidor e capital de giro) e captações (majoritariamente depósitos a prazo, e captações internacionais). Destaca-se que essas carteiras apresentam como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento. Para as operações classificadas na Carteira Bancária (de não negociação), a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, NDF e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de *duration* entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o *duration* do portfólio de crédito, uma vez que os contratos de futuros da B3 com vencimentos mais longos não estão abertos para negociação, ou não tem liquidez no mercado. Desta forma, adota-se a estratégia de adquirir vencimentos mais líquidos e compensar o *gap* por quantidades de contratos para ajustar e se encontrar o valor justo do objeto de *hedge*. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é avaliada trimestralmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*. O objetivo é garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

e) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2017 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2017), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 28c.

As operações em aberto em 30 de junho de 2017 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	1.942	49.990	(467.918)	(1.920.612)	(274.859)	(2.663.389)
Moeda Estrangeira	346.696	1.133	505.938	1.914.044	274.859	2.694.841
Prê	1.670	5.192	(38.020)	6.568	-	(31.452)
Subtotal	350.308	56.315	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	12.085	958	-	-	-	-
Total	362.393	57.273	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	68	557	10.022	4.299	-	14.321
Venda de Termo/NDF	1.162	1.118	(13.791)	(40.658)	(11.324)	(65.773)
Subtotal	1.230	1.675	-	-	-	-
Total	363.623	58.948	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	10.060	-	10.060
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	5.269	(34.431)	(1.347.024)	(1.974.333)	(3.355.789)
Compra - DDI - Cupom Cambial	843	-	368.065	1.234.331	11.299	1.613.695
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	2.495	-	-	2.495
Venda - Moeda Estrangeira	-	505	(721.717)	-	-	(721.717)
Total	843	5.774	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 30 de junho de 2016 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	6.556	296.857	(1.439.177)	(4.852)	(339.244)	(1.783.273)
Moeda Estrangeira	369.832	-	1.439.177	4.852	339.244	1.783.273
Subtotal	376.388	296.857	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(15.698)	(5.899)	-	-	-	-
Total	360.690	290.958	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	-	246	-	4.526	-	4.526
Venda de Termo/NDF	8.932	-	-	(57.454)	-	(57.454)
Subtotal	8.932	246	-	-	-	-
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	144.414	144.414	144.414
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	369.622	291.204	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Venda - Mercado Interfinanceiro	1.143	376	(180.094)	(4.089.341)	(804.423)	(5.073.858)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	18.060	8.020	2.330.269	-	2.338.289
Compra - Moeda Estrangeira	-	3	225	-	-	225
Venda - Moeda Estrangeira	3.516	7	(377.363)	-	-	(377.363)
Total	4.659	18.446	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
L.F.T	01/03/2019	9.678	9.678	85.759	85.759
L.F.T	01/03/2020	6.053	6.053	2.196	2.196
L.F.T	01/09/2020	364.845	364.845	453.842	453.842
L.F.T	01/09/2021	-	-	5.358	5.358
Total		380.576	380.576	547.155	547.155

h) Hedge accounting

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação do cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de junho de 2017 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado
<i>Hedge</i> de captações no exterior	4.005.845	4.884	4.004.103	(6.843)
<i>Hedge</i> da carteira de varejo	3.276.980	(52.982)	2.525.430	53.588

(*) Registrado na rubrica Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 30 de junho de 2016 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado
<i>Hedge</i> de captações no exterior	3.542.560	11.706	3.556.882	10.779

(*) Registrado na rubrica Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Operações de crédito**a) Diversificação por tipo de operação**

Modalidade	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Capital de giro e descontos	1.285.355	1.649.649	1.300.352	1.649.649
Contas garantidas	7.751	11.025	7.751	11.025
Crédito pessoal consignado (*)	611.991	35.183	2.364.656	1.343.560
Cheque Empresarial	277	-	277	-
Financiamentos à importação	1.870.419	1.449.795	1.870.419	1.449.795
Financiamentos à exportação	249.042	207.768	249.042	207.768
Financiamentos rurais e agroindustriais	73.833	23.798	73.833	23.798
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.014	2.100	2.014	2.100
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	7.210	16.787	7.210	16.787
Resolução nº 3.844 - repasses	-	9.796	-	9.796
Crédito a pessoas físicas (**)	-	2.849	308.143	283.358
Operações de crédito vinculadas à cessão (**)	456.905	682.321	-	-
Outros	453.798	312.634	453.798	312.634
Operações de crédito	5.018.595	4.403.705	6.637.495	5.310.270
Fianças honradas	25.424	26.954	25.424	26.954
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	84.356	90.492	85.641	92.256
Títulos e créditos a receber (nota 10)	3.399	70.801	4.625	72.567
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (***)	385.647	594.213	385.647	594.213
Outros créditos	498.826	782.460	501.337	785.990
Operações de arrendamento mercantil	-	-	39.715	76.519
Total (***)	5.517.421	5.186.165	7.178.547	6.172.779

(*) O CCB Brasil Consolidado está acrescido dos seguintes créditos: CCB Brasil Financeira na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 1.242.172 (Junho/16 - R\$ 626.055) e crédito a pessoa física no valor de R\$ 308.143 (Junho/16 - R\$ 280.509), e *Hedge Accounting* no valor de R\$ 53.588 (Junho/16 -) conforme nota 6h., totalizando R\$ 1.603.903 (Junho/16 - R\$ 906.564).

(**) No CCB Brasil Consolidado as operações de crédito vinculadas à cessão - Resolução nº 3.533/08 foram distribuídas de acordo com as modalidades que originaram os créditos, conforme segue: CCB Brasil Financeira na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 456.905 (Junho/16 - R\$ 682.321).

(***) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

(****) Do total das operações de crédito, o montante de R\$ 669.113 (Junho/16 -), referem-se a operações ativas vinculadas a recursos captados, conforme Resolução nº 2.921/02 do BACEN.

b) Diversificação por setor de atividade

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Setor Público	15.425	42.028	15.425	42.028
Setor Privado	4.355.560	4.330.423	4.393.993	4.403.981
Agronegócio	131.329	293.601	131.329	293.636
Indústria	1.831.084	2.134.277	1.838.280	2.154.917
Comércio	562.399	559.680	567.081	565.717
Intermediários financeiros	1.188	11.680	1.188	11.680
Outros serviços	1.829.560	1.331.185	1.856.115	1.378.031
Pessoas físicas (*)	1.146.436	813.714	2.769.129	1.726.771
Total	5.517.421	5.186.165	7.178.547	6.172.779

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 7f) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

c) Diversificação por prazos - por parcela

	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	Junho/17	%	Junho/16	%	Junho/17	%	Junho/16	%
Setor Público								
Até 03 meses	3.050	0,06	13.539	0,26	3.050	0,04	13.539	0,22
De 03 meses até 01 ano	9.034	0,16	13.412	0,26	9.034	0,13	13.412	0,22
Acima de 01 ano	3.341	0,06	15.077	0,29	3.341	0,05	15.077	0,24
Setor Privado								
Até 03 meses	842.959	15,28	850.654	16,40	1.060.748	14,78	966.467	15,66
De 03 meses até 01 ano	1.798.446	32,59	1.784.617	34,41	2.208.544	30,76	2.061.549	33,39
Acima de 01 ano	2.680.407	48,58	2.271.689	43,81	3.688.056	51,37	2.847.412	46,13
Vencidos a partir de 15 dias	180.184	3,27	237.177	4,57	205.774	2,87	255.323	4,14
Total	5.517.421	100,00	5.186.165	100,00	7.178.547	100,00	6.172.779	100,00

d) Níveis de concentração de risco

	CONSOLIDADO			
	Junho/17	%	Junho/16	%
Maior devedor individual	396.722	5,53	386.207	6,26
10 Maiores devedores	1.700.602	23,37	1.252.842	20,30
20 Maiores devedores	2.229.352	30,15	1.726.344	27,97
50 Maiores devedores	3.015.782	40,59	2.577.714	41,76
100 Maiores devedores	3.661.446	49,18	3.225.506	52,25
Maior devedor grupo econômico	514.231	7,16	386.207	6,26

e) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.035.796	-	18,77	1.089.455	-	15,19
A	1.931.541	9.657	35,02	3.357.133	16.785	46,83
B	935.392	9.354	16,95	976.703	9.767	13,63
C	518.309	15.549	9,39	556.499	16.695	7,76
D	127.394	12.739	2,31	156.987	15.699	2,19
E	425.409	127.623	7,71	444.466	133.340	4,52
F	154.590	77.295	2,80	183.896	91.948	4,11
G	86.668	60.668	1,57	91.554	64.087	1,28
H	302.322	302.322	5,48	321.854	321.854	4,49
Total	5.517.421	615.207	100,00	7.178.547	670.175	100,00

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.199.190</					

-> continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado
11. Outros valores e bens

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito. A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Imóveis	332.902	300.500	335.543	303.141
Veículos e afins	3.691	4.645	16.105	16.755
Máquinas e equipamentos	26.192	26.161	26.692	26.574
Material em estoque	91	60	91	60
Outros	821	555	821	555
Subtotal	363.697	331.921	379.252	347.085
Provisão p/desvalorização de outros valores e bens	(88.964)	(72.538)	(96.321)	(78.131)
Total	274.733	259.383	282.931	268.954

12. Ativo permanente**a) Investimento**

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto com a nota 14.

b) Imobilizado de uso

	MÚLTIPLO CONSOLIDADO									
	Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido		Valor líquido	
	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	
Terrenos	3.259	3.913	-	-	-	-	3.259	3.913	3.259	3.913
Edificações	155.073	164.775	-	-	(90.380)	(71.318)	64.693	93.457	64.693	93.457
Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.483	361
Máquinas e equipamentos de uso	15.812	16.803	(769)	(984)	(9.456)	(9.063)	5.587	6.756	5.892	6.820
Sistema de processamento de dados	12.128	12.409	(67)	(82)	(11.737)	(11.817)	324	510	449	517
Sistema de transporte	994	1.175	-	-	(697)	(638)	297	537	297	537
Sistema de comunicação	1.884	1.890	-	-	(1.054)	(890)	830	1.000	1.202	1.209
Sistema de segurança	1.411	1.470	(38)	(51)	(815)	(726)	558	693	593	696
Outras imobilizações em curso	675	-	-	-	-	-	675	-	675	-
Total	191.236	202.435	(874)	(1.117)	(114.139)	(94.452)	76.223	106.866	79.543	107.510

c) Ativos intangíveis**c.1) Classe dos ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO					
	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido		Valor líquido	
	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16
Softwares	15.038	10.686	(10.447)	(7.525)	4.591	3.161	4.620	3.306
Ágio (*)	-	-	-	-	-	-	30.680	41.199
Total	15.038	10.686	(10.447)	(7.525)	4.591	3.161	35.300	44.505

c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Adição	Amortização	Junho/17
Softwares	3.214	2.789	(1.412)	4.591
Total Múltiplo	3.214	2.789	(1.412)	4.591
Softwares	3.286	2.789	(1.455)	4.620
Ágio (*)	35.939	-	(5.259)	30.680
Total Consolidado	39.225	2.789	(6.714)	35.300
	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Adição	Amortização	Junho/16
Softwares	2.376	2.185	(1.400)	3.161
Total Múltiplo	2.376	2.185	(1.400)	3.161
Softwares	2.623	2.185	(1.502)	3.306
Ágio (*)	46.458	-	(5.259)	41.199
Total Consolidado	49.081	2.185	(6.761)	44.505

(*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, e foi constituído provisão para perda no montante de R\$ 874 (Junho/2016 - R\$ 1.117) de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

13. Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 283.101 (Junho/16 - R\$ 236.089) e ativos totais de R\$ 7.966.697 (Junho/16 - R\$ 1.881.467). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação, divulgados pelo BACEN.

14. Participações em controladas e coligadas no país - CCB Brasil Múltiplo

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número de ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Lucro/Equivalência trimestral		Valor contábil investido		Valor contábil investido	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	254.474	6.004	6.004	254.474	238.139			
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	20.242	406	406	20.242	19.167			
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	699	18	18	699	674			
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	13.943	394	394	13.943	12.861			
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	92.502	(987)	(987)	123.182	160.555			
BRASILFactors S.A.	62.931	50%	1.677	(2.477)	(1.238)	612	3.391			
Total	383.537		3.358	4.597	4.597	413.152	434.787			

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 30.680 (Junho/16 - R\$ 41.199), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

15. Transações com partes relacionadas**a) Partes relacionadas**

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado. Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal-chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.150.878	1.650.055	154.485	90.603
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	2.150.878	1.630.443	154.485	89.611
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	-	19.612	-	992
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	16.922	76.749	1.937	8.022
BRASILFactors S.A. (a)	16.922	76.749	1.937	8.022
Operações de Cessão de Crédito	-	419.599	71.511	71.336
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	419.599	71.511	71.336
Depósitos à vista	(1.267)	(2.281)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(22)	(16)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(69)	(88)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(1)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(298)	(1.244)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(525)	(688)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(351)	(244)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(189.407)	(10.184)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(20.652)	(1.152)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(168.755)	(9.018)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	(14)	-	-
Depósitos a prazo	(69.574)	(137.842)	(54.910)	(7.704)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	-	-	(65)	(87)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-	-	(87)	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(711)	(693)	(34)	(48)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(11.417)	(23.318)	(810)	(2.043)
BRASILFactors S.A. (a)	(1.960)	(3.929)	(176)	(569)
FIDC BRASILFactors (b)	(2.697)	(61.902)	(1.380)	(1.467)
CCB Brasil Financeira Holding Ltda. (e)	(52.464)	(47.900)	(52.464)	(3.418)
Pessoal-chave da Administração (c)	(325)	(100)	(46)	(7)
Operações compromissadas	(167.620)	(188.670)	(5.663)	(10.742)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(59.750)	(171.320)	(3.156)	(9.910)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(107.870)	(17.350)	(2.507)	(832)
LCA	(547)	(1.383)	(67)	(101)
Pessoal-chave da Administração (c)	(547)	(1.383)	(67)	(101)
LCI	(578)	(2.495)	(25)	(150)
Pessoal-chave da Administração (c)	(578)	(2.495)	(25)	(150)
NDF	-	(390)	-	6.251
BRASILFactors S.A. (a)	-	(390)	-	6.251
Obrigações por Empréstimos	(6.898.009)	(4.595.729)	(428.419)	(134.419)
China Construction Bank Corporation (d)	(6.898.009)	(4.595.729)	(428.419)	(134.419)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(577.729)	(326.761)	(18.148)	(5.373)
China Construction Bank Corporation (d)	(577.729)	(326.761)	(18.148)	(5.373)
Prestação de serviços	(1)	(1)	(6)	(6)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(1)	(1)	(6)	(6)

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
 (b) Controladas e Coligadas - indireta
 (c) Pessoal-Chave da Administração
 (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
 (e) Controladora direta

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Junho/16 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 15,14% a.a. (Junho/16 - 14,83% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 10,15% a.a. (Junho/16 - 14,15% a.a.) e possuem vencimento em 03 de julho de 2017, com lastro superior a 03 anos (Junho/16 - superior a 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/16 - 97%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Junho/16 - até 02 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/16 - 95,93%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Junho/16 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Junho/16 - 102% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Junho/16 - em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,70% a.a. (Junho/16 - 1,45% a.a.) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (Junho/16 - em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 7f.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2016 e 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de resultados contábeis negativos.

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Remuneração fixa	8.884	7.308
Outros	464	564
Total	9.348	7.872

b.2) Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

16. Depósitos**Distribuição por prazos de vencimento**

	MÚLTIPLO					Junho/17
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Vencimento						
Sem vencimento	81.618	-	-	9.122	-	90.740
Até 03 meses	-	645.199	301.681	-	-	946.880
De 03 meses a 01 ano	-	1.111.729	106.551	-	-	1.218.280
De 01 a 03 anos	-	602.344	38.275	-	-	640.619
De 03 a 05 anos	-	39.294	28.609	-	-	67.903
Total	81.618	2.398.566	475.116	9.122	-	2.964.422

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 360.643, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

CONSOLIDADO

	MÚLTIPLO					Junho/17
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Vencimento						
Sem vencimento	80.702	-	-	9.122	-	89.824
Até 03 meses	-	644.671	132.928	-	-	777.598
De 03 meses a 01 ano	-	1.106.342	85.898	-	-	1.192.241
De 01 a 03 anos	-	594.8				

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	33	144
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	-	-	16.225	14.846
Impostos e contribuições a recolher	6.190	9.462	8.549	11.099
Provisão para imposto de renda diferido	124.680	43.157	148.230	46.905
Total	130.870	52.619	173.037	72.994

Em Junho/16, as provisões para passivos de natureza tributária foram reclassificadas no Banco pelo valor de R\$ 679.903 e no Consolidado pelo valor de R\$ 700.548 para a rubrica Outras Obrigações - Diversas de acordo com a Circular nº 3.782/16 do BACEN (nota 23).

22. Contingências e obrigações legais

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

CSLL x Isonomia - valor envolvido R\$ 145.652 (Junho/16 - R\$ 134.917) no Banco e Consolidado: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período-base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.

COFINS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 492.780 (Junho/16 - R\$ 456.874) no Banco e R\$ 508.526 (Junho/16 - R\$ 476.665) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2014, com base no cálculo de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 25.434 (Junho/16 - R\$ 23.040).

PIS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 80.022 (Junho/16 - R\$ 74.191) no Banco e R\$ 80.695 (Junho/16 - R\$ 74.806) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 87.139 (Junho/16 - R\$ 75.480).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 - valor envolvido R\$ 12.689 (Junho/16 - R\$ 15.734) no Banco e Consolidado: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 17.114 (Junho/16 - R\$ 15.734).

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 1.163 (Junho/16 - R\$ 1.614) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

d) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda provável

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 19.864 (Junho/16 - R\$ 18.437) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD/94 - valor envolvido R\$ 24.040 (Junho/16 - R\$ 22.274) no Banco e Consolidado: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 102.953 (Junho/16 - R\$ 71.848) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da Lei nº 8.212/91.

e) Passivos contingentes - Trabalhistas e Cíveis

Processos trabalhistas

O Banco possui 132 (Junho/16 - 110) e o Consolidado possui 172 (Junho/16 - 130) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 45.665 (Junho/16 - R\$ 33.064) no Banco e R\$ 47.812 no Consolidado (Junho/16 - R\$ 35.233). No Banco existem 111 (Junho/16 - 92) e no Consolidado existem 131 (Junho/16 - 117) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 7.531 (Junho/16 - R\$ 6.799) no Banco e R\$ 8.526 (Junho/16 - R\$ 7.849) no Consolidado, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 5.433 (Junho/16 - R\$ 4.801) no Banco e de R\$ 6.428 (Junho/16 - R\$ 5.851) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui 301 (Junho/16 - 346) e o Consolidado possui 3.312 (Junho/16 - 2.901) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 40.043 (Junho/16 - R\$ 50.828) no Banco e R\$ 54.971 (Junho/16 - R\$ 62.684) no Consolidado. O Banco possui 498 (Junho/16 - 544) e o Consolidado possui 521 (Junho/16 - 568) processos, cujos valores reclamados totalizam no Banco R\$ 572.515 (Junho/16 - R\$ 751.061) e no Consolidado R\$ 605.362 (Junho/16 - R\$ 779.770), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 254.233 (Junho/16 - R\$ 349.737) no Banco e R\$ 279.810 (Junho/16 - R\$ 371.803) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

f) Movimentação das provisões para "obrigações legais" e "passivos contingentes", classificados como perda provável

Descrição	MÚLTIPLO					CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Adição	Reversão	Baixa	Junho/17	Junho/17	Junho/17
Cíveis	56.741	13.015	-	(29.713)	40.043	54.971	54.971
Trabalhistas	38.835	6.830	-	45.665	47.812	47.812	47.812
Subtotal	95.576	19.845	-	(29.713)	85.708	102.783	102.783
Fiscais e previdenciárias							
Descrição	Dezembro/16	Adição	Reversão	Atualização	Junho/17	Junho/17	Junho/17
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 a 2014	140.644	-	-	5.008	145.652	145.652	145.652
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.511	-	-	178	12.689	12.689	12.689
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	77.301	-	-	2.721	80.022	80.695	80.695
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	476.029	-	-	16.751	492.780	508.526	508.526
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.679	-	(574)	58	1.163	1.163	1.163
Subtotal	708.164	-	(574)	24.716	732.306	748.725	748.725
Total	803.740	19.845	(574)	(4.997)	818.014	851.508	851.508

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 111.210 (Junho/16 - R\$ 68.251) - processos Cíveis, R\$ 25.359 (Junho/16 - R\$ 20.125) - processos Trabalhistas e R\$ 336.361 (Junho/16 - R\$ 306.364) - processos Fiscais.

Descrição	MÚLTIPLO					CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Adição	Reversão	Baixa	Junho/16	Junho/16	Junho/16
Cíveis	75.269	3.440	(27.881)	-	50.828	62.684	62.684
Trabalhistas	27.084	6.438	(49)	(409)	33.064	35.233	35.233
Subtotal	102.353	9.878	(27.930)	(409)	83.892	97.917	97.917
Fiscais e previdenciárias							
Descrição	Dezembro/15	Adição	Reversão	Atualização	Junho/16	Junho/16	Junho/16
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 a 2014	129.310	-	-	5.606	134.916	134.916	134.916
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.108	-	-	199	12.307	12.307	12.307
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	71.146	-	-	3.045	74.191	74.806	74.806
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	438.120	-	-	18.754	456.874	476.665	476.665
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.549	-	-	65	1.614	1.614	1.614
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	-	-	-	-	-	238	238
Subtotal	652.233	-	-	27.669	679.902	700.546	700.546
Total	754.586	9.878	(27.930)	27.260	763.794	798.463	798.463

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 68.251 (Junho/15 - R\$ 8.742) - processos Cíveis, R\$ 20.125 (Junho/15 - R\$ 17.555) - processos Trabalhistas e R\$ 306.364 (Junho/15 - R\$ 215.317) - processos Fiscais.

23. Outras obrigações - diversas

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Cheques administrativos	2	654	2	654
Obrigações por venda/transfêrencia de ativos financeiros (*)	503.353	743.967	-	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	-	1	-
Provisão para pagamentos a efetuar	28.864	28.210	43.190	58.082
Provisão para passivos contingentes (**)	818.014	763.795	851.508	798.465
Provisão para garantias financeiras prestadas	103.246	104.966	103.246	104.966
Credeiros diversos - país	16.376	16.862	16.469	11.552
Total	1.469.855	1.658.454	1.014.416	973.719

(*) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

(**) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 22); Em Junho/16 as provisões para passivos de natureza tributária foram reclassificadas no Banco pelo valor de R\$ 679.903 e no Consolidado pelo valor de R\$ 700.548 para a rubrica Outras Obrigações - Diversas de acordo com a Circular nº 3.782/16 do BACEN (nota 21).

24. Captações e empréstimos no exterior

a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153
LOAN Subordinado (*)	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093
Total - Nível II PR				781.246
(-) Despesas - captações				(2.241)
Total				1.401.777

(*) As operações de empréstimos e repasses do exterior (nota 19) e dívida subordinada, que contém cláusulas restritivas ("covenants") são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação de instrumento de dívida no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

Em 10 de abril de 2017 foi aprovada pelo BACEN a captação de instrumento de dívida no montante de R\$ 228.025 (US\$ 70 milhões) como elegível ao Nível I do PR a partir de 31 de dezembro de 2016.

Captação	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão
EMTN - ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299
EMTN - ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025
Total PR				625.324

25. Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

26. Patrimônio líquido

a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 1.699.886 (Junho/16 - R\$ 1.554.860) e está dividido em 354.322.935 ações nominativas (Junho/16 - 337.014.373), sendo 225.459.526 ordinárias (Junho/2016 - 213.488.507) e 128.863.409 preferenciais (Junho/16 - 123.525.866), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982, sendo R\$ 26 destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 a reservas de capital. Do total, foi subscrito e integralizado a quantidade de 2.613.527 ações no montante de R\$ 24.803. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 para R\$ 1.699.886 dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 de novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570 ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 23 de maio de 2017.

b) Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, com base em deliberações provenientes de reuniões do Conselho de Administração, efetuou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011, a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- 1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- 2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011, o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

No primeiro semestre de 2013, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2012 (173.834 ações). No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). Até 30 de junho de 2017, não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 (2016 - R\$ 55.105), número de ações correspondente 6.398.518.

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no período.

d) Reservas - a apuração de prejuízos contábeis fundamentou a não constituição de reservas.

27. Imposto de renda e contribuição social

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 30 de junho de 2017, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil

—☆— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO				
	Dezembro/15	Realizações	Ajustes	Junho/16	Junho/16
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	523.724	(66.108)	65.316	—	522.932
Provisão para desvalorização de bens não de uso	16.645	—	44	—	16.689
Provisão para contingências e outras	215.711	(35.164)	37.765	—	218.312
Subtotal	756.080	(101.272)	103.125	—	757.933
Prejuízo fiscal	152.713	—	103.763	—	256.476
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	908.793	(101.272)	206.888	—	1.014.409
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	418.980	(52.887)	52.253	(73.472)	344.874
Provisão para desvalorização de bens não de uso	11.341	—	34	1.976	13.351
Provisão para contingências e outras	136.221	(28.113)	30.204	(2.045)	136.267
Subtotal	566.542	(81.000)	82.491	(73.541)	494.492
Base negativa da CSLL acumulada	140.283	—	83.019	(37.418)	185.884
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	706.825	(81.001)	165.510	(110.959)	680.376
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.615.618	(182.273)	372.398	(110.959)	1.694.785

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 16,0% até dezembro de 2017, 15,4% até dezembro de 2018, 12,0% até dezembro de 2019, 2,7% até dezembro de 2020, 3,9% até dezembro de 2021, 4,3% até dezembro de 2022, 4,8% até dezembro de 2023, 5,7% até dezembro de 2024, 6,4% até dezembro de 2025, 7,4% até dezembro de 2026 e 21,4% até dezembro de 2027. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015 e 2016. Consoante a Resolução nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Conforme estimativas da Administração do Banco a reversão para lucro fiscal até o encerramento deste exercício é pouco provável.

Desta forma, a Administração do Banco apresentou estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15, que resultou na autorização do Banco Central Brasil para manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de maio de 2017, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 346.088 (Junho/16 -) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

Valor presente dos créditos tributários - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 786.216 (Junho/16 - R\$ 757.197). Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

	2014	2015	2016	2017	Total
Crédito Presumido Constituído	78.983	107.450	194.229	(7.839)	372.823

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

b) Passivo diferido

O Banco possui registrado R\$ 124.680 (Junho/16 - R\$ 43.157) no Múltiplo e no Consolidado, a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo e R\$ 21.435 (Junho/16-) no Consolidado a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge accounting* que serão realizados durante o prazo das operações com empréstimos consignados.

	MÚLTIPLO			
	Dezembro/16	Realizações	Adições	Junho/17
Passivo diferido				
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	65.061	(65.061)	124.680	124.680
Total	65.061	(65.061)	124.680	124.680
Passivo diferido				
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	65.061	(65.061)	124.680	124.680
IR e CS sobre <i>Hedge accounting</i>	—	—	21.435	21.435
IR sobre Superveniência de depreciação	3.449	(1.334)	—	2.115
Total	68.510	(66.394)	146.115	148.230

	MÚLTIPLO			
	Dezembro/15	Realizações	Adições	Junho/16
Passivo diferido				
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	(28.889)	41.122	43.157
Total	30.924	(28.889)	41.122	43.157

	CONSOLIDADO			
	Dezembro/15	Realizações	Adições	Junho/16
Passivo diferido				
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	(28.889)	41.122	43.157
IR sobre Superveniência de depreciação	8.767	(5.081)	61	3.748
Total	39.691	(33.970)	41.183	46.905

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/17	Junho/17	Junho/17
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(392.237)	(392.237)	(324.352)	(324.352)
Base de cálculo	(392.237)	(392.237)	(324.352)	(324.352)
Adições temporárias	631.451	631.451	677.920	671.799
Adições permanentes	188.401	188.401	189.354	189.354
Exclusões	(793.309)	(793.309)	(808.610)	(807.823)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2017)	(365.694)	(365.694)	(265.688)	(271.022)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	—	—	365.694	365.694
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa CSLL	—	—	(7.767)	(7.767)
(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	(365.694)	(365.694)	92.239	86.905
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	—	—	5.797	6.660
Adicional de 10% de IR	—	—	3.814	—
Impostos correntes	—	—	9.611	6.660
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	—	—	9.611	6.660
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	34.135	31.671	46.200	39.709
(=) Provisão IR e CSLL (2017)	34.135	31.671	55.811	46.369
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(153.518)	(118.129)	(159.892)	(123.116)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(78.152)	(57.436)	(78.536)	(57.742)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	127.034	101.628	130.879	105.474
Baixa do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	179.149	137.929	179.149	137.929
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	—	—	2.324	1.395
(=) Efeito líquido do crédito tributário	74.513	63.992	73.924	63.940
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	108.648	95.663	129.735	110.309

Apuração	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/16	Junho/16	Junho/16	Junho/16
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(426.483)	(426.483)	(421.691)	(421.691)
Base de cálculo	(426.483)	(426.483)	(421.691)	(421.691)
Adições temporárias	409.456	409.456	462.558	442.234
Adições permanentes	194.031	194.031	194.062	194.062
Exclusões	(571.462)	(571.462)	(583.160)	(582.916)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2016)	(394.458)	(394.458)	(348.231)	(368.311)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	—	—	388.020	343.926
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa CSLL	—	—	3.219	3.629
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	—	—	43.008	20.756
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	—	—	6.934	4.152
Adicional de 10% de IR	—	—	3.503	—
Impostos correntes	—	—	10.437	4.152
Conciliação do resultado				
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	5.921	6.437	1.266	6.410
(=) Provisão IR e CSLL (2016)	5.921	6.437	11.703	10.562
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(104.655)	(10.172)	(111.168)	(15.351)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(103.763)	(45.601)	(104.051)	(45.832)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	101.272	81.001	103.772	82.944
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	—	—	1.502	875
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(107.146)	25.228	(109.945)	22.636
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(101.225)	31.665	(98.242)	33.198

28. Composição das principais contas de resultado**a) Resultado de operações de crédito**

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Capital de giro e descontos	134.919	188.387	134.919	188.387
Contas garantidas	692	2.656	692	2.656
Crédito pessoal consignado	112.656	72.508	322.236	129.817
Cheque empresarial	203	—	203	—
Financiamentos à importação	3.165	2.030	3.165	2.030
Financiamentos à exportação	25.695	31.758	25.695	31.758
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.219	1.515	4.219	1.515
Financiamentos imobiliários e habitacionais	129	135	129	135
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	602	3.435	39.513	37.803
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	—	291	—	291
Crédito a pessoas físicas	1	827	1	827
Outros empréstimos e financiamentos	26.014	25.101	26.882	25.231
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	27.598	67.922	34.349	71.116
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	2.414	(15.156)	2.414	(15.156)
Total	338.307	381.409	594.417	476.410

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	216.704	93.673	62.220	4.062
Resultado de títulos renda fixa	86.273	151.533	86.774	152.034
Rendas de aplicações compromissadas	280.323	97.280	280.323	97.280
Outras operações com títulos e valores mobiliários	35.201	8.105	35.200	8.104
Variação cambial	551	2.342	551	2.342
Total	619.052	352.933	465.068	263.822

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Mercado futuro - dólar	(152.210)	(258.098)
Mercado futuro - DI	(42.331)	(95.267)
Swap	(25.315)	(163.659)
Varição cambial - Swap	58.998	(592.041)
Termo de moedas	2.652	(6.594)
Total	(158.206)	(1.115.659)

d) Resultado de câmbio

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Rendas de operações de câmbio	12.317	14.721
Despesas de operações de câmbio	(708)	(771)
Varições cambiais	25.716	(135.909)
Total	37.325	(121.959)

e) Despesas de captação no mercado

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Depósitos de poupança	331	495	331	495
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.971	57.753	66.971	57.753
Depósitos interfinanceiros	20.279	38.170	10.096	37.178
Depósitos a prazo	133.283	180.635	132.387	178.116
Operações compromissadas	285.072	97.565	279.409	86.823
Despesas de letras do agronegócio - LCA	8.751	12.576	8.751	12.574
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	6.981	11.926	6.981	11.926
Despesas de letras financeiras - LF	2.748	6.088	2.748	6.088
Outras	1.819	4.343	1.837	4.364
Varição cambial sobre títulos emitidos no exterior	13.302	(188.289)	13.302	(188.289)
Total	539.537	221.262	522.813	207.028

f) Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	3.373	1.637
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	77.981	39.218
Varições cambiais sobre empréstimos e repasses	61.486	

—☆— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado

n) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Operações de crédito	2.414	(15.156)
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	551	2.342
Mercado futuro - dólar	(152.210)	(211.424)
Swap - dólar	58.998	(592.041)
Termo de moeda - dólar	2.652	(6.594)
Resultado de câmbio	25.716	(135.909)
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(13.302)	188.289
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(61.486)	784.125
Total	(136.667)	13.632

29. Acordo da Basileia

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,25% mais o adicional de capital principal de 1,25% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Cálculo do Índice de Basileia Prudencial

	Basileia III	
	Junho/17	Junho/16
Patrimônio de Referência Nível I	219.701	612.350
- Capital Principal	(21.187)	612.350
- Bônus Perpétuo	240.888	-
Patrimônio de Referência Nível II	814.800	900.311
- Dívida Subordinada	814.800	900.311
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.034.501	1.512.661
Risco de Crédito	592.669	790.309
Risco de Mercado	6.537	14.125
Risco Operacional	68.555	70.873
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	667.761	875.307
Índice de Basileia (%)	14,33	17,09
Índice de Capitalização Nível I	3,04	6,92
Índice de Capitalização Nível II	11,29	10,17

30. Demonstrativo do limite de imobilização

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16
Limite	517.251	756.331
Situação	77.193	145.510
Margem	440.057	610.820
Índice de imobilização	7,46%	9,62%

31. Avais e fianças prestadas

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.609.376 (Junho/16 - R\$ 1.937.827) e apresentam a seguinte concentração:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Junho/17	%	Junho/16	%
Maior tomador de fiança	193.437	12,02	171.422	8,85
10 Maiores fianças	776.420	48,24	798.383	41,20
20 Maiores fianças	1.047.062	65,06	1.115.084	57,54
50 Maiores fianças	1.395.160	86,69	1.545.512	79,75

No período findo em 30 de junho de 2017, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 103.246 (Junho/16 - R\$ 104.966), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 23).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 25.424 (Junho/16 - R\$ 26.954) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 7a).

32. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site <http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109> e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988/11 do CMN. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do CMN, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327/14 do CMN também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação. Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente:	Wensheng Yang	Diretor Presidente:	Xi Zhang	Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Conselho:	Xi Zhang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira	Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Hong Yang Milto Bordini Paulo Celso Del Ciampo	Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid
		Diretores:	Carlos José Roque Francisco Edênio Barbosa Nobre		

Fábio José Mazzetto Said - Contador - CRC 1SP264988/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

I. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco possui designado o *CRO - Chief Risk Officer* designado como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o "Value-at-risk" (incluindo testes de aderência e validações) e EVE - *Economic Value of Equity*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

33. Outras informações

a) O CCB Brasil possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Junho/17	Junho/16
Operacional		
Comercial	108	136
Captação	8	9
Subtotal	116	145
Suporte e Controle		
Administrativo	231	273
Jurídico/Auditoria	30	29
Controladoria	82	97
Informática	102	115
Subtotal	445	514
Total Múltiplo	561	659
CCB Brasil Financeira	139	121
CCB Brasil Arrendamento	4	5
Total Consolidado	704	785

b) Benefícios pós-emprego a empregados

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

c) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos (originalmente) de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre "PR"	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≤ 35%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Maior devedor sobre "PR"	≤ 20%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Exposição Cambial por moeda sobre "PR"	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre "PR"	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

d) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Disponibilidades	423.822	58.233	424.061	58.637
Aplicações no mercado aberto	783.994	-	783.994	-
Aplicações em moedas estrangeiras	7.278	5.456	7.278	5.456
Total	1.215.094	63.689	1.215.333	64.093

34. Evento subsequente

Em 17 de outubro de 2017 ocorreu aumento de capital social na CCB Holding Financeira, controlador do Banco, no montante de R\$ 1,2 bilhão, os quais serão direcionados para investimento no Banco. Este novo aporte, após encerrado os trâmites societários e regulatórios iniciados pela CCB Holding e Banco, enquadrará o Conglomerado Financeiro CCB Brasil nos limites mínimos de capitalização requeridos vigentes nesta data e dará suporte ao volume operacional previsto no seu plano de negócios.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) (Notas 3(e), 4, 7 e 8) - Banco e Consolidado

A determinação do valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo são avaliadas várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e regularização das garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2.682.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam (i) da integridade da base de dados e sistemas subjacentes, (ii) concessão de crédito e a respectiva análise e monitoramento do risco do devedor, incluindo contratos renegociados, (iii) confronto entre os valores apurados de provisão para créditos de liquidação e os valores contabilizados e (iv) processos estabelecidos pela Administração para cumprimento das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como para as divulgações em notas explicativas.

continua—☆

☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**Porque é um PAA**

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os critérios utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e nos atrasos. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682.

Nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidência de auditoria apropriada no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Créditos tributários (Notas 3 (g) e 27) - Banco e Consolidado

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas constituíram crédito tributário sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, reconhecidos com base em estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Conforme Nota 27 foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social para os quais, conforme estudo de realização do crédito tributário, não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059 de até 10 anos.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com conseqüente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram o entendimento do processo de apuração e registros nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para a projeção de lucros tributáveis, a lógica e a aritmética dos cálculos.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e em todos os aspectos relevantes contexto das demonstrações financeiras.

Limite operacional e aumento de capital (Notas 1, 29 e 34)

Em 30 de junho de 2017, o China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas apresentavam limite operacional mínimo inferior ao estabelecido pela Resolução nº 4.193/13.

A Administração do Banco estabeleceu plano de ações para o reequilíbrio do Banco estabelecido anteriormente mencionado. Uma dessas ações é o aumento de capital social a fim de suportar o plano de negócios e proporcionar o atendimento aos níveis de capitalização.

Essa operação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, além do cumprimento de formalidades legais.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria devido a relevância do tema.

Nossos principais procedimentos foram de análise das premissas para cálculo dos limites operacionais, revisão do cálculo efetuado pela Administração para atendimento aos requerimentos da Resolução nº 4.193/13 e o confronto entre o demonstrativo de limite operacional efetuado pela administração e o divulgado em nota explicativa às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidência de auditoria apropriada no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e conseqüente elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar no processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram o entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram uma base razoável para a auditoria das demonstrações financeiras.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 5 de dezembro de 2016, antes dos ajustes descritos na Nota 2 (c).

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2 (c), que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de junho de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros

procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de junho de 2016 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de outubro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil é instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB Brasil e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos; e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do Banco Central do Brasil - BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua

preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição, conforme indica o relatório de auditoria dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN. Suas principais recomendações estão centradas na definição e implementação do plano estratégico e da necessidade de recomposição do capital regulatório, que se encontra em andamento.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017, cujo relatório, datado de 30 de outubro de 2017, apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários; (iii) limite operacional e aumento de capital; e (iv) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

A Instituição apresenta limite operacional mínimo inferior ao requerido pela Resolução CMN nº 4.193/13. Um processo de aumento de capital está em andamento para regularizar a situação, conforme nota explicativa 1.

Conforme a nota explicativa 2 (c), foi realizado ajuste nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016, apresentadas comparativamente, relativamente ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros na aquisição da subsidiária CCB Brasil Financeira.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 30 de outubro de 2017

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira

Walter M. Machado de Barros

Presidente

EM UM CENÁRIO ECONÔMICO
CADA VEZ MAIS DESAFIADOR, DECIDA PELO DCI.

Acesse: dci.com.br/publicidadelegal

Ligue: 11 5095-5300

DCI
Diário
Comércio
Indústria
& Serviços

DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.